

BRASIL, COVID-19 E A PANDEMIA DA DESINFORMAÇÃO

BRAZIL, COVID-19 AND THE PANDEMIC DISINFORMATION

Recebido em: 18/11/2025

Aceito em: 22/01/2026

Publicado em: 02/02/2026

Leon Nascimento Gomes¹ 

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

Resumo: A pandemia da COVID-19 expôs o Brasil a uma crise informacional paralela à crise sanitária. Este artigo analisa como a proliferação sistemática de fake news, notícias falsas, descontextualizadas e emocionalmente apelativas atuou como força estruturante dos discursos políticos e sociais entre os anos de 2019 e 2021. A desinformação não foi tratada como um fenômeno acidental, mas como estratégia deliberada para fomentar o negacionismo científico, corroer a confiança pública e deslegitimar a imprensa, redefinindo o campo comunicacional. O estudo se baseia em uma revisão crítica da literatura sobre pós-verdade, capitalismo de vigilância e a esfera pública (Arendt, Foucault, Habermas, Castells), articulada à análise de respostas institucionais e estudos de caso brasileiros. Conclui-se que o enfrentamento da crise exige uma abordagem sistêmica, englobando regulação das plataformas, fortalecimento do jornalismo ético e investimentos em educação midiática.

Palavras-chave: Brasil; COVID-19; Desinformação

Abstract: This article analyzes the informational crisis that paralleled the COVID-19 health crisis in Brazil, focusing on how the systematic proliferation of fake news (false, decontextualized, and emotionally appealing stories) acted as a structural force in political and social discourses between 2019 and 2021. The study treats disinformation not as an accidental phenomenon, but as a deliberate strategy to foster scientific denialism, erode public trust, and delegitimize the press, thereby redefining the communication landscape. The methodology is based on a critical literature review on post-truth, surveillance capitalism, and the public sphere (Arendt, Foucault, Habermas, Castells), articulated with an analysis of institutional responses and Brazilian case studies. It concludes that tackling this crisis requires a systemic approach, encompassing platform regulation, strengthening ethical journalism, and investing in media literacy education.

Keywords: Brazil; COVID-19; Disinformation.

INTRODUÇÃO

A emergência da COVID-19 no final de 2019 e sua rápida expansão global não apenas testaram a capacidade dos sistemas de saúde, mas também revelaram fragilidades profundas no ecossistema informacional contemporâneo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para a sobrecarga de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas, que dificultam o acesso a orientações confiáveis em momentos cruciais. No Brasil, o contexto se tornou particularmente complexo devido à politização exacerbada da crise sanitária, onde a desinformação foi instrumentalizada por agentes públicos e estruturas políticas organizadas.

A circulação massiva de fake news, que envolvem desde boatos sobre curas milagrosas e terapias ineficazes até teorias conspiratórias sobre a origem do vírus e a segurança das vacinas,

¹ Mestre em Letras Português e Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava, Brasil. E-mail: leongomes78@gmail.com

interferiu diretamente nas estratégias de saúde pública, influenciou comportamentos coletivos e minou a credibilidade de instituições científicas e da imprensa profissional.

Diante disso, este artigo propõe analisar a desinformação no contexto da COVID-19 no Brasil (2019-2021) como um fenômeno sociopolítico e comunicacional estrutural. O objetivo central é desvendar os mecanismos pelos quais a desinformação foi consolidada como ferramenta política, examinando seu impacto na crise de credibilidade e nas respostas institucionais do jornalismo e dos organismos de saúde.

Este estudo está organizado em cinco seções principais, além desta introdução: a Fundamentação Teórica, que estabelece o arcabouço da pós-verdade e da desordem informacional; a Metodologia, detalhando a abordagem de pesquisa; a seção de Resultados, focada na instrumentalização política e nos estudos de caso; a Discussão, que articula os resultados com a crise da credibilidade e a perspectiva ética e, por fim, as Considerações Finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental (OMS, OPAS, relatórios e literatura acadêmica). O método principal é a análise crítica de conteúdo, buscando desvendar os mecanismos sociopolíticos e comunicacionais que permitiram a consolidação da desinformação no Brasil durante a pandemia. O escopo temporal da análise se concentra no período de 2019 a 2021, que marca o auge da crise sanitária e da atuação do negacionismo político.

A pesquisa foi organizada da seguinte forma:

- **Revisão Teórica:** Identificação e análise dos principais conceitos (pós-verdade, capitalismo de vigilância) para estabelecer a fundamentação teórica deste estudo.
- **Análise Documental:** Observação de relatórios de organismos de saúde (como os da OPAS e OMS sobre a pandemia) e documentos de agências de checagem. A análise foi realizada focando em tipologias de fake news e seu alcance. O corpus documental incluiu relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Consórcio de Veículos de Imprensa brasileiro, focando nas narrativas predominantes de 2020 e 2021.
- **Análise Contextual:** Discussão de casos e fenômenos específicos do contexto brasileiro (ex: hidroxicloroquina, “gabinetes do ódio”) para ilustrar a instrumentalização política da desinformação.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise crítica de conteúdo foi guiada pela busca de mecanismos estruturais da desinformação, organizados nas seguintes categorias:

Fonte e Vetor de Amplificação: Identificação da origem da desinformação (e.g., atores políticos vs. circulação orgânica) e o papel dos aplicativos de mensagens criptografada e das câmaras de eco.

Retórica Persuasiva: Análise das táticas linguísticas empregadas, como a retórica do medo, o apelo religioso e o uso de humor/sarcasmo (memes) como vetores de normalização do ceticismo.

Impacto Institucional: Avaliação da interferência da desinformação nas estratégias de saúde pública e na deslegitimação da imprensa e da ciência.

Nota sobre Ferramenta de Apoio: A organização e o refinamento estrutural e linguístico do texto final foram realizados com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial. A autoria intelectual, a análise, as conclusões e a responsabilidade pelo conteúdo permanecem integralmente do pesquisador.

PÓS-VERDADE, CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E A CRISE DA ESFERA PÚBLICA

Para compreender a desinformação durante a pandemia, é essencial situá-la em três dimensões teóricas interconectadas: a crise epistemológica da verdade, a estrutura econômica da atenção digital e o colapso da esfera pública racional.

O conceito de pós-verdade (Oxford Dictionary, 2016) assinala uma mudança cultural e epistemológica, onde a formação da opinião pública é mais influenciada por crenças e apelos emocionais do que pela factualidade objetiva. Embora Bauman (2017) associe essa liquidez informacional à modernidade líquida, a crise da verdade não é nova. Nietzsche (1887) via a verdade como uma construção, e Arendt (2019) já alertava para a corrosão da distinção entre fato e mentira deliberada como estratégia política.

Foucault (2008) postula que a verdade é um produto de regimes discursivos controlados. Na era digital, esses regimes são cada vez mais moldados por algoritmos e lógicas mercadológicas. A pandemia escancarou a fragilidade desse vínculo, permitindo que o negacionismo científico e a manipulação de dados operassem como mecanismos de poder simbólico. A desqualificação sistemática de profissionais e a valorização de opiniões sobre evidências configuraram um novo patamar de disputa pela autoridade epistemológica.

Para além da pós-verdade, o cenário atual é definido pela desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2017), que se divide da seguinte forma:

- **Misinformation:** Informação falsa compartilhada sem a intenção de causar dano.
- **Disinformation:** Informação falsa produzida e compartilhada com intenção deliberada de enganar.
- **Malinformation:** Informação verdadeira, mas usada fora de contexto ou para causar dano.

Durante a crise da COVID-19, no Brasil, a sobreposição dessas categorias criou um ambiente onde o erro, a intenção manipuladora e a distorção se reforçaram mutuamente, complexificando a comunicação de risco e a adoção de medidas preventivas pela população.

O sucesso dessas narrativas falsas no Brasil pode ser atribuído também ao uso de estratégias retóricas altamente eficazes: a retórica do medo (como a campanha antivacina, por exemplo) e a retórica religiosa (associando curas sem eficácia a intervenções divinas) se sobrepuseram ao discurso científico. Além disso, o uso do humor e do sarcasmo, comum na circulação de memes e vídeos curtos, serviu para normalizar o ceticismo em relação a medidas sanitárias sérias e para criar uma identificação emocional forte com a audiência, superando a frieza do debate técnico. Essa combinação de apelos emocionais, identitários e humorísticos revelou-se um vetor poderoso, muitas vezes indetectável pelas ferramentas tradicionais de moderação de conteúdo.

A proliferação das fake news está intrinsecamente ligada à estrutura da sociedade em rede (Castells, 2009). As redes digitais revelaram canais altamente eficientes tanto para a conexão quanto para a manipulação.

Zuboff (2019) define o capitalismo de vigilância como o sistema econômico subjacente, que lucra transformando dados pessoais e, sobretudo, nosso engajamento em commodities. A viralização da desinformação é um subproduto direto dessa lógica, onde conteúdos que geram reações intensas, polarização e debate emocional são priorizados pelos algoritmos por sua alta rentabilidade. Nesse modelo, a busca pela veracidade da informação é secundária em relação ao tempo de tela e da interação.

Van Dijck (2018) complementa com a análise da plataformização, onde empresas privadas (*Facebook, WhatsApp, Twitter/X*) se tornaram mediadoras do espaço público, priorizando o engajamento sobre o fato. Algoritmos incentivam a formação de bolhas de filtro (Pariser, 2011) e câmaras de eco, restringindo a diversidade informacional, reforçando preconceitos e amplificando a desinformação entre grupos já homogêneos. A alta capilaridade

de aplicativos de mensagens criptografada adiciona uma camada de complexidade, dificultando a moderação e a checagem em tempo hábil.

A liquidez informacional impede o ideal da racionalidade comunicativa de Habermas (1987), baseado no consenso obtido pelo diálogo livre de coerção. Nas câmaras de eco, o debate público foi substituído pelo espetáculo (Sodré, 2021) e pelo endosso emocional, fragilizando o papel mediador de instituições como a imprensa e a ciência.

A crise da credibilidade é, portanto, estrutural, alimentada pela desconfiança nas instituições (Estado, Mídia, Ciência). Quando líderes políticos e figuras de autoridade adotam e promovem a desinformação, o efeito é corrosivo, minando a coesão social e a capacidade de ação coletiva democrática (Arendt, 2019). O que se observa é o deslocamento da centralidade da discussão factual para a disputa de narrativas identitárias e emocionais.

RESULTADOS: O ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO NO BRASIL (2019-2021)

No Brasil, a desinformação na pandemia transcendeu a simples circulação de boatos, tornando-se uma ferramenta política deliberada (Penaforte, 2022). O negacionismo científico foi utilizado por líderes populistas como estratégia para mobilizar bases eleitorais e manter o controle discursivo, desafiando abertamente o consenso técnico-científico.

Essa estratégia se manifestou em dois eixos principais:

1. Promoção de Curas Ineficazes e o “Falso Debate”: A insistência na promoção de terapias sem eficácia comprovada, notadamente a hidroxicloroquina, gerou um “falso debate” (Gomes, 2023). Ao criar uma percepção de controvérsia legítima sobre questões já consolidadas pela ciência, a estratégia atrasou a adoção de medidas protetivas, como o isolamento social, e comprometeu a gestão da crise. A comunicação oficial do Governo Federal na época da pandemia, ao endossar essas narrativas, atuou como um vetor de desinformação de alto impacto institucional.

2. Criação de falsas controvérsias: Narrativas políticas incorporaram elementos conspiratórios, como a ideia de que vacinas seriam instrumentos de controle populacional, alterariam o DNA ou causariam magnetismo corporal. Essas alegações, amplamente disseminadas em redes e mensagens privadas, resultaram em falsas compreensões da população a respeito da vacina e dificultaram a coordenação das campanhas de imunização.

O fenômeno dos “gabinetes do ódio”, estruturas coordenadas de desinformação, ilustra a instrumentalização das plataformas digitais como armas políticas, focadas na descontextualização de dados e na manipulação emocional (Marwick; Lewis, 2017). Tais

estruturas operaram para deslegitimar adversários e criar uma espécie de realidade paralela.

A motivação por trás da instrumentalização política da desinformação não era apenas ideológica, mas profundamente econômica. Essas estruturas de desinformação se beneficiaram da economia da atenção ao transformar o engajamento polarizador em receita digital (via monetização de conteúdo e publicidade digital direcionada). A monetização da polarização garante a sustentabilidade financeira desses "gabinetes", criando um ciclo vicioso onde o sucesso econômico está atrelado à corrosão da informação verdadeira. Nesse sentido, a desinformação deve ser vista como um produto de um modelo de negócio que prioriza a controvérsia sobre a verdade. O estudo de caso brasileiro se alinha a essa perspectiva, onde a alta frequência e o volume de conteúdo negacionista mantinham uma máquina de propaganda autossustentável, perpetuando o conflito e dificultando a comunicação unificada de crise.

O ecossistema digital brasileiro se mostrou excepcionalmente vulnerável à desinformação. Nas redes sociais, o conteúdo é frequentemente percebido como confiável por vir de contatos próximos, criando circuitos fechados de confiança que são imunes à checagem externa. Esse formato impõe sérias limitações à moderação de conteúdo e à aplicação de políticas de integridade pelas plataformas.

As câmaras de eco (Pariser, 2011) foram potencializadas, sendo reforçadas por vieses cognitivos como o viés de confirmação e a heurística da disponibilidade. O viés de confirmação faz com que usuários busquem e aceitem informações que reforçam suas identidades políticas e crenças prévias, enquanto a heurística da disponibilidade aumenta a probabilidade de aceitação de conteúdos que são repetidamente expostos dentro desses circuitos fechados.

A linguagem emocional e a simulação de autoridade (uso de jargões técnicos ou gráficos falsos) foram técnicas recorrentes para conferir legitimidade ao conteúdo enganoso, dificultando sua refutação racional. A OPAS (2020) e a OMS (2020) classificaram esse ambiente como ameaça direta à saúde pública, enfatizando que a abundância de informação, correta e incorreta, inibe a tomada de decisão baseada em evidências.

CRISE DA CREDIBILIDADE E ESTRATÉGIAS DO JORNALISMO NA PANDEMIA

Frente às tentativas de obstrução de dados oficiais por parte de autoridades públicas, a imprensa brasileira reagiu com a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa. Essa iniciativa, focada na coleta direta de dados de casos e óbitos junto às secretarias estaduais, reafirmou o papel do jornalismo como guardião da verdade factual e prestador de contas, expondo tensões

diretas com o poder executivo federal.

Agências de checagem independentes (como Aos Fatos, Lupa, Comprova) tornaram-se instrumentos essenciais, atuando na linha de frente do combate à desinformação. No entanto, a instabilidade e a escala da desinformação impuseram limites à eficácia da checagem reativa. A crise, como aponta Castells (2009), evidenciou que o poder comunicacional se descentralizou das instituições tradicionais. O jornalismo, agora apenas um agente entre muitos, precisou adaptar formatos, utilizando transmissões ao vivo, newsletters e conteúdos explicativos (o chamado *slow journalism*) para tentar reconstruir a confiança e combater o fenômeno das *fake news*. A luta pela credibilidade na era da pós-verdade exige do jornalismo um reposicionamento ético e metodológico constante.

A resposta do jornalismo, embora vital, esbarrou em limitações estruturais inerentes ao formato digital. Além disso, agências de checagem se depararam com a impossibilidade física de checar o volume exponencial de desinformação gerada. O tempo e os recursos necessários para refutar uma mentira são desproporcionais à facilidade e à velocidade de sua criação e circulação. O caminho que se desenha, portanto, é a necessidade de o jornalismo ir além da mera checagem, investindo em formatos explicativos e narrativos que convençam a audiência da importância do rigor factual, trabalhando a empatia e a confiança em vez de apenas a confrontação direta de fatos.

A desinformação na COVID-19 não foi apenas uma anomalia informacional: foi a expressão de uma crise de confiança estrutural, alinhada à fragilização da democracia. Arendt (2019) e Habermas (1987) convergem: a destruição deliberada da verdade compromete a própria condição de ação coletiva e o funcionamento da esfera pública racional. No Brasil, essa corrosão afetou a capacidade do Estado de coordenar uma resposta sanitária eficaz.

A reconstrução da confiança pública exige um pacto comunicacional baseado na responsabilidade e na ética (Ribeiro, 2020). Essa responsabilidade recai sobre múltiplos atores:

- **Líderes Políticos:** Pela adesão ao discurso baseado em evidências e pelo abandono da instrumentalização da mentira como tática de mobilização.
- **Plataformas Digitais:** Pela transparência nos algoritmos e pela assunção de responsabilidade editorial sobre o conteúdo que amplificam. A inação ou a moderação ineficaz dessas plataformas configura um desafio ético e regulatório central.
- **Sociedade Civil:** Pela exigência de alfabetização midiática e pela crítica ativa às *fake news*;

O impacto sociológico do colapso da esfera pública, conforme delineado por Habermas (1987), é a profunda polarização. O abandono da comunicação racional por narrativas emocionais e identitárias cria fissuras sociais que impedem o consenso mínimo necessário para o enfrentamento de crises coletivas, como uma pandemia.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES: EDUCAÇÃO E REGULAÇÃO

O enfrentamento da desinformação requer uma abordagem sistêmica e multifacetada. A UNESCO (2021) e a OMS (2020) reforçam que a solução não reside apenas na repressão, mas na capacitação da audiência. A alfabetização midiática e informacional é o eixo estruturante para mitigar a propagação de conteúdos enganosos, capacitando o público a distinguir fontes e avaliar a qualidade da informação (Tufte, 2023). Isso deve ser implementado por meio de programas permanentes no ensino básico e superior.

Além disso, a regulação das plataformas digitais deve buscar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade algorítmica. Políticas de transparência e o desenvolvimento de protocolos de comunicação de risco para emergências futuras são cruciais. Também é importante o investimento em pesquisas aplicadas em Comunicação, vital para que se compreendam os padrões de viralização, as linguagens persuasivas da desinformação e as estratégias mais eficazes de intervenção.

A necessidade de regulação das plataformas se tornou o principal campo de batalha pós-pandemia. O debate se concentra na imposição de penas e responsabilidade às empresas de tecnologia, considerando a suas posições relevantes no debate público atualmente, essas plataformas têm o dever de agir no melhor interesse dos usuários e da sociedade, e não apenas de seus acionistas. Implementar essa responsabilidade exige auditorias transparentes, políticas de moderação claras e aplicadas de forma consistente, e o fim da impunidade de atores que usam o ecossistema digital para causar danos sistêmicos à saúde pública e à democracia. O arcabouço regulatório precisa ser desenhado não para limitar a liberdade de expressão individual, mas para conter a atuação coordenada de atores maliciosos que exploram falhas algorítmicas para amplificar o discurso de ódio e a desinformação em escala industrial.

Além disso, a regulação das plataformas digitais deve buscar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade algorítmica (Bennett; Seufert, 2024). Políticas de transparência e o desenvolvimento de protocolos de comunicação de risco para emergências futuras são cruciais. A necessidade de regulação das plataformas se tornou o principal campo de batalha pós-pandemia. O debate concentra-se na imposição de penas e responsabilidade às

empresas de tecnologia, considerando que suas posições relevantes no debate público exigem que ajam no melhor interesse da sociedade, e não apenas de seus acionistas (Machado, 2023). O arcabouço regulatório precisa ser desenhado não para limitar a liberdade de expressão individual, mas para conter a atuação coordenada de atores maliciosos que exploram falhas algorítmicas para amplificar o discurso de ódio e a desinformação em escala industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 demonstrou que a desinformação é uma força estruturante da comunicação contemporânea. As *fake news* operaram como elemento central de disputas narrativas, atrasando a resposta sanitária e impondo impactos duradouros sobre a confiança social e a coesão democrática brasileira.

Este estudo confirma que a desinformação no período pandêmico não foi um fenômeno acidental, mas estruturado por interesses políticos e potencializado por um ecossistema digital que privilegia o engajamento rápido e o impacto emocional sobre a apuração factual. O falso debate e a instrumentalização do negacionismo foram táticas eficazes para deslegitimar a ciência e as instituições democráticas.

Superar esse desafio exige uma reconstrução ética e política da esfera pública. É fundamental investir em: a) transparência e prestação de contas por parte de plataformas digitais; b) fortalecimento contínuo do jornalismo profissional e das iniciativas de checagem e c) expansão de programas de educação midiática e digital.

Como ressaltam Gomes (2023) e Penaforte (2022), compreender os mecanismos de produção, circulação e recepção de conteúdos enganosos é condição imprescindível para mitigar danos em crises futuras e para reafirmar o papel essencial da verdade factual na saúde pública e na democracia.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A mentira na política e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENNETT, W. L.; SEUFERT, J. **The regulatory imperative: platform governance, content moderation, and the future of democracy**. 2024. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/94989/ssoar-2024-gorwa-The_Politics_of_Platform_Regulation.pdf?sequence=2. Acesso em: out. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Leon Nascimento. **Brasil ilustrado: representação e memória em charges sobre fake news na pandemia de COVID-19 (2019–2021)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KELLNER, Douglas. **Cultura digital e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2019.

LATOUR, Bruno. **Por que a crítica se esgotou?** Paris: La Découverte, 2004.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. **Media Manipulation and Disinformation Online**. New York: Data & Society, 2017. Disponível em <https://datasociety.net/library/media-manipulation-and-disinfo-online/>. Acesso em março: 12 mar. 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1887.

OPAS. **Entendendo a infodemia e a desinformação no combate à COVID-19**. Washington, DC: OPAS, 2020.

PAHO/WHO. *Infodemic Management: Rapid Response to Counter Health Misinformation*. Washington, DC: PAHO/WHO, 2020. Disponível em https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52052/Factsheet-infodemic_eng.pdf. Acesso em fevereiro de 2023.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You**. New York: Penguin Press, 2011.

PENAFORTE, P. O negacionismo como estratégia política: *fake news* e a pandemia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 109, 2022.

RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política: ensaios sobre democracia e verdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SODRÉ, Muniz. **Reinvenção da comunicação e regime de visibilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

TUFTE, P. **Media literacy as structural intervention: beyond fact-checking in the age of digital crisis**. 2023.

UNESCO. **Disinformation and Freedom of Expression**. Paris: UNESCO, 2021.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe,

2017.

WHO. **Managing the COVID-19 infodemic:** Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation. Geneva: WHO, 2020. Disponível em <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>. Acesso em: 10 maio 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism.** New York: PublicAffairs, 2019.